

RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.293 - SP (2018/0123025-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : LUIZ ROBERTO CRISTALDO
ADVOGADO : FÁBIO MENDES BATISTA - SP159457
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ARTS. 489, §1º, INC. IV, E 1022, PARÁGRAFO ÚNICO, INC. II, DO CPC/2015. OFENSA CARACTERIZADA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA E IMPRESCINDÍVEL À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF3 assim ementado (fl. 117):

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. BEM DE FAMÍLIA. NÃO CONFIGURADO. IMPENHORABILIDADE AFASTADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A controvérsia dos autos cinge-se à possibilidade de penhora sobre bem de família.

II. A esse respeito, cumpre frisar que a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, em seu artigo 1º, disciplina que o imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável.

III. Com efeito, referida lei citada anteriormente cuidou da impenhorabilidade do bem de família, dispondo que este consistirá no imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar desde que seja o único imóvel e cuja utilização seja a moradia permanente.

IV. No caso em análise, não há nos autos documentos que comprovam a qualidade de bem de família do imóvel. Com efeito, observa-se que o embargante reside em outro imóvel situado na cidade de Marília/SP, conforme indicado na inicial.

V. Sendo assim, verifica-se que o referido imóvel de matrícula nº 37.519, do 2º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marília/SP, não serve de residência para o embargante, sendo, pois, descaracterizado como bem de família à luz do art. 1º da lei 8.009/90.

VI. Apelação a que se nega provimento.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação dos arts. 489, §1º, inc. IV, e 1022, incs. I e II, parágrafo único, inc. II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da seguinte questão: a) condição do imóvel em que reside ser alugado, em cotejo com a unicidade do imóvel que lhe pertence ser aquele constricto com a penhora efetivada nos autos, sendo desnecessária a prova de que o único imóvel seja sua residência, consoante entendimento do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à questão de fundo, sustenta dissídio jurisprudencial quanto à aplicação da Lei 8009/1990, sob o seguinte argumento: a) o acórdão recorrido destoa da interpretação proferida no REsp 1.616.475/PE, julgado pela 2ª Turma do STJ, prolatada em caso semelhante e cuja conclusão foi diametralmente oposta, reconhecendo que não descaracteriza automaticamente o instituto do bem de família o fato do grupo familiar não residir no único imóvel de sua propriedade.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 166-167.

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente pretende a anulação do acórdão proferido pela Corte de origem em sede de embargos de declaração sob o argumento de que remanesce omissa a declaração da controvérsia.

Extrai-se dos autos que o recorrente argumentou e requereu a manifestação expressa do órgão julgador a respeito do fato de que o imóvel em que reside é alugado, em cotejo com o fato de o imóvel penhorado ser o único de sua propriedade, sendo desnecessária a prova de que tal único imóvel seja sua residência, consoante entendimento do STJ sobre o tema.

Ora, evidencia-se que a questão suscitada guarda correlação lógico-jurídica com a pretensão deduzida nos autos e se apresenta imprescindível à satisfação da tutela jurisdicional.

A falta de manifestação a respeito de questão necessária à resolução integral da demanda autoriza o acolhimento de ofensa aos arts. 489, §1º, inc. IV, e 1022, parágrafo único, inc. II, do CPC/2015, enseja a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração e torna indispensável o reexame dos aclaratórios.

A propósito: AgInt no REsp 1.394.325/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/11/2016; AgRg no REsp 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no REsp 1.407.552/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/3/2016.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, tornando nulo o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, a fim de que a Corte de origem aprecie a matéria articulada nos aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator